



Procedimentos que indicam menor grau de envolvimento do falante em entrevistas

Vanessa Hagemeyer Burgo (UFMS)
Eduardo Francisco Ferreira (UENP)

RESUMO: Este artigo tem por objetivo analisar os recursos que marcam o distanciamento do falante em relação ao enunciado como forma de preservação de sua imagem positiva. O aporte teórico consiste em uma abordagem textual-interativa da língua falada, pautada, sobretudo, nos princípios da Análise da Conversação. A metodologia apresenta-se com natureza qualitativa, interpretativa, realizando-se a partir da transcrição de cinco entrevistas concedidas pelo Presidente Lula, exibidas em programas de televisão e rádio entre os anos de 2005 e 2008. De acordo com os resultados obtidos, observamos que os procedimentos sob análise contribuem para atenuar situações adversas, afastar eventuais objeções para, assim, obter o assentimento do ouvinte.

Palavras-chave: Análise da Conversação; língua falada; distanciamento do falante.

Introdução

A constituição do discurso como objeto de estudo foi um avanço de extrema relevância, já que as pesquisas anteriores mostravam uma preocupação com o estudo da língua “em si e por si mesma”. O uso linguístico passou, então, a interessar os linguistas na compreensão da natureza da própria linguagem. Com os trabalhos enfocando a passagem da frase para o texto, este foi tomado como base de estudo, considerando-se a língua em uso, em situações concretas de comunicação.

Evidencia-se que o sentido de um texto não se faz apenas por meio da aplicação de normas aos enunciados, uma vez que o discurso pressupõe uma organização de recursos articulados pelo locutor, em uma determinada condição de produção, para criar um efeito de sentido pretendido. Assim, uma mesma estrutura linguística pode assumir significados diferentes, dependendo dos interlocutores, de suas intenções e de todo o contexto que os envolve. Logo, o sentido de um texto não é dado por antecipação, mas construído na própria interação. O texto é fruto de uma situação real de interação linguística, e para produzi-lo é preciso levar em consideração seus aspectos finalísticos, bem como a figura do interlocutor e o modo como os recursos linguísticos estão organizados, observando suas relações com o contexto social e com os outros textos que circulam em um determinado momento histórico.

O texto torna-se um instrumento de interação que permite que os interactantes construam e reconstruam significações variadas.

A rigor, entende-se, neste trabalho, texto e/ou discurso como a “ocorrência lingüística falada ou escrita, de qualquer extensão, dotada de unidade sociocomunicativa, semântica e formal” (COSTA VAL, 1999, p. 3). A autora afirma que o texto executa seu papel quando se estabelece uma situação de comunicação, e os fatores pragmáticos existentes em sua produção e recepção colaboram para a construção de seu sentido. Nesse processo figuram, ainda, as particularidades de todo ato comunicativo, quais sejam: as intenções do falante; as imagens mentais que os interactantes fazem de si, do outro e do tópico¹ em questão; a percepção visual e acústica do espaço comum na interação face a face; o contexto sociocultural, o qual delimita os conhecimentos partilhados do locutor e do alocutário, orientando-os em relação às regras sociais envolvidas na comunicação, como o tom de voz, postura, entre outros. Todos esses aspectos tornam cada ato comunicativo realmente único e singular.

1. Particularidades da fala e da escrita

Baseando-se em casos típicos, nos quais o falante tem contato face a face com a pessoa com quem fala, uma diferença entre a língua falada e língua escrita (doravante LF e LE, respectivamente) é que os falantes interagem diretamente com seus ouvintes, mas os escritores não o fazem (CHAFE, 1982). Essa concepção, portanto, está intimamente ligada à questão do contato face a face com o interlocutor: o falante partilha do mesmo assunto e do mesmo ambiente de conversação no qual está inserido o ouvinte, e, assim, é capaz de monitorar o efeito de sua enunciação. O ouvinte, por sua vez, também pode entender o que é dito ou pedir esclarecimentos, visto que há um intercâmbio direto, com a presença dos participantes. Essa particularidade faz com que o falante se apoie em elementos extralingüísticos de situação imediata, bastante eficientes na comunicação. Em uma circunstância oposta, encontra-se o escritor: como os leitores estão deslocados em tempo e espaço, ele acaba por não saber exatamente quem será seu receptor. Trata-se, obviamente, de uma visão prototípica, pois há o caso das cartas e bilhetes, por exemplo, nos quais o autor conhece seu enunciatário. Acredita-se, então, que pode haver certo envolvimento na escrita, apesar de este envolvimento ser maior na fala.

O texto escrito tem de suprir, na maioria das vezes, a ausência da situação, fornecendo o maior número possível de pistas para esclarecer o seu sentido, a sua intenção. Há maior preocupação em se escrever algo consistente, já que será lido por pessoas em lugares e tempos distintos. A qualidade de deslocamento de um texto escrito é manifestada por mecanismos que servem para distanciar a língua de estados e eventos específicos, como, por exemplo, a voz passiva, que suprime o envolvimento direto de um agente em ação.

Nos textos falados, produzidos em situações face-a-face, os interlocutores têm a oportunidade de esclarecimentos, mas precisam confiar nos sinais paralingüísticos para se comunicarem. Biber e Conrad (2003, p. 191) postulam que a LE é tipicamente produzida por escritores que estão separados em espaço e tempo de seus leitores e, em decorrência disso, tem-se uma grande dependência do próprio canal lingüístico para a comunicação.

No que tange ao monitoramento do fluxo de informação, Chafe (1982, p.47) considera a concepção de “envolvimento”, afirmando que “involvement includes monitoring by the

¹ Segundo Brown e Yule (1983, p. 73), o tópico pode ser considerado como aquilo acerca do que se fala ou se escreve. Para Chafe (2003, p. 674), o tópico é um aglomerado coerente de pensamentos introduzidos por algum participante na conversação, desenvolvido por ele, por outro ou por vários participantes em conjunto.

speaker of the communication channel which exists with the listener, and attempts to make sure that the channel is functioning well”². Dessa forma, o falante pode empregar certos recursos que o auxiliam na reafirmação do que está sendo dito e, com isso, o ouvinte dirige sua atenção ao tema em andamento. Para tanto, algumas expressões coloquiais como “bem, sabe, quero dizer”, entre outras, são propriamente utilizadas para este tipo de função.

Durante a situação de produção oral, os interlocutores estão presentes fisicamente, e isso resulta em uma interação efetiva entre emissor e receptor, permitindo que estes lancem mão de recursos paralinguísticos como gestos, expressão facial e corporal, entonação, entre outros. Nesse sentido, os textos tendem a se tornar menos lineares, visto que, como as formulações são realizadas mediante a reação do interlocutor, há um grau maior de repetições e alterações.

Por outro lado, a comunicação escrita faz com que o autor apresente mais claramente os tópicos, o que promove um trabalho mais minucioso de elaboração, decorrente da condição de planejamento e seleção antes do trabalho pronto. Ademais, há a possibilidade de se corrigir o que foi exposto, acrescentando palavras, reorganizando ideias. Busca-se, com isso, obter menor redundância e maior clareza na organização e apresentação dos temas.

Dessa forma, uma propriedade fundamental na construção do texto falado envolve, portanto, a questão do planejamento que, na escrita, vai desde o tema a ser desenvolvido ao planejamento linguístico, implicando a articulação de ideias e de aspectos linguísticos.

Marcuschi (2006, p.28) afirma que “ao escrevermos, dispomos de mais tempo que na conversação. Podemos voltar atrás corrigindo os equívocos, eliminando passagens supérfluas, refazendo o estilo e polindo o texto. O leitor só recebe a versão final.” As atividades de formulação da LF (repetição, correção, hesitação, etc.) não aparecem na LE, já que quem escreve não deixa as correções realizadas, durante o processo construtivo, aparecerem em seu texto. Há, ainda, uma tendência para a ocultação das hesitações e o menor uso possível de repetições.

Na visão de Biber e Conrad (2003, p. 191-192), em um extremo, a LE é produzida de modo *on line*, com pouco pré-planejamento ou revisão (como em um apressado bilhete ou carta) e, em outro extremo, ela pode ser cuidadosamente planejada. Os textos escritos permitem níveis diferentes de edição e revisão. Os enunciados na LF, por sua vez, são frequentemente reiniciados (como em falsos começos), e os falantes podem formular as palavras e expressões, ao mesmo tempo em que pensam nas ideias; não é possível editar ou revisar um texto falado. A LE pode ser produzida em qualquer velocidade, com qualquer quantidade de planejamento, podendo ser revisada quantas vezes o escritor desejar, antes de o texto ser considerado completo. Em decorrência disso, há a possibilidade de se agrupar estruturas linguísticas, de forma que na LF, não podem ser mantidas. Fala e escrita, com efeito, não possuem as mesmas formas, tampouco os mesmos recursos.

Barros (2000, p.60) afirma que “o texto escrito é planejado tanto do ponto de vista temático (escolha dos assuntos a serem tratados) quanto do linguístico-discursivo”. Mesmo que na fala exista certa liberdade de escolha, a sequência de tópicos não é aleatória, pois os autores prendem-se ao tópico genérico em andamento. Dessa forma, as escolhas temáticas e linguísticas, em sua maioria, são realizadas conforme o assunto no decorrer da conversação. Em função da falta de tempo para reelaborações isentas de marcas, o texto falado revela traços de formulação. O texto escrito, ao contrário, oferece a possibilidade de refacção, correção, enfim, tem-se maior tempo para apagar e rever o que foi escrito, antes de apresentá-lo de forma acabada.

² O envolvimento inclui o monitoramento, por parte do falante, do canal de comunicação que existe com o ouvinte, esforçando-se para se assegurar de que o canal está funcionando bem. (tradução nossa)

Os recursos, seja quando utilizados na LF ou na LE, exercem diferentes funções em um evento linguístico, e isso depende dos objetivos traçados pelo emissor. Na fala, por exemplo, o locutor pode contribuir para uma interação mais pacífica, negociando o andamento dos tópicos da conversa e fornecendo tempo ao interlocutor para formular seu texto, se essa for sua intenção. Caso contrário, ele pode reduzir ou mesmo não dar tempo suficiente para o outro formular seu texto, resultando em uma sobreposição de vozes. Na escrita, o autor pode deixar pistas para o leitor compreender de maneira mais ou menos explícita, conforme o efeito de sentido pretendido.

Em conformidade com a autora citada:

(...) a escrita é planejada antes de sua realização, não apresenta marcas de formulação e de reformulação e suas unidades “duram” mais do ponto de vista da dimensão e da complexidade; a fala não é planejada antecipadamente, apresenta traços de formulação e de reelaboração que assumem diferentes papéis na interação verbal e ocorre fragmentada em jatos ou borbotões. (p. 61)

Urbano (1998, p. 133) ressalta, no conceito de planejamento, “a capacidade de previsão e projeção, a atividade que prepara e projeta outra, possibilitando a previsão dos riscos da execução e a tomada antecipada de decisões. Ele se caracteriza como uma atividade consciente e complexa.” Como a noção de *continuum* tipológico está sempre presente nas relações entre LF e LE, as expressões “relativamente não planejado” e “relativamente planejado” são mais adequadas. Nesse sentido, o autor considera os planejamentos prévio/local, e os níveis de planejamento temático ou de conteúdo. O planejamento prévio ou local ocorre conforme as condições de tempo disponíveis para ser planejado e executado, ou seja, a produção completa e acabada do texto depende do tempo que se tem para planejá-lo. O texto falado é, via de regra, planejado localmente (concomitantemente com sua execução). O texto escrito, por outro lado, proporciona um grau maior de planejamento prévio, decorrente do tempo de que, geralmente, dispomos para produzi-lo. Pode-se considerar, ainda, o planejamento temático ou de conteúdo, nos quais incluem-se os seguintes tipos de planejamento: verbal, rítmico, de formas de utilização do discurso, estilístico, pragmático, entre outros níveis de planejamento. Os planejamentos temático e verbal podem se manifestar de maneira independente, ou seja, prévia ou localmente. Em conversações, raramente, o planejamento é prévio.

Para o autor, no planejamento verbal, “pode-se admitir a possibilidade de um certo grau de planejamento”, porém, em relação ao planejamento temático, “dificilmente há condições de sua ocorrência. E se houver alguma tentativa, dificilmente é posta em execução”. Já com o texto escrito, ocorre o contrário, pois suas “condições de produção normalmente ensejam a possibilidade de planejamento temático e verbal prévio”. (2000, p. 88)

Um outro aspecto relevante acerca da LF é o que se refere ao espaço, ou melhor, à unidade espacial. Embora alguns estudiosos não considerem esse elemento como um traço que caracteriza a conversação face a face, já que, em certas formas de conversação (telefonemas, bate-papos na internet), não há a presença real e física dos participantes. De qualquer maneira, faz-se necessário observar a presença e ausência dos interlocutores, e a presença e ausência do contexto situacional. No que tange a esse assunto, Barros (2000, p. 64) advoga que:

A definição plena da fala prevê a presença dos sujeitos envolvidos na conversação que dialogam face a face e que podem empregar mais facilmente ou preferencialmente os dêiticos e recursos de outras ordens de expressão (visual, tátil, etc.), tais como os gestos ou as expressões faciais, pois se encontram em um mesmo espaço e partilham o mesmo contexto situacional. O texto escrito, por sua vez, não tem seu destinador e seu destinatário centrados em um mesmo espaço e, conseqüentemente, faz uso de outros recursos em lugar dos dêiticos, dos gestos, das expressões faciais.

É importante considerar o espaço comum compartilhado e, diante disso, fala e escrita podem não produzir os mesmos efeitos de sentido. Na conversação face a face, há certos traços pertencentes à fala, sinalizadores de funções comunicativas, como a gestualidade, que assume diversos papéis: estabelecimento, manutenção ou interrupção dos turnos conversacionais; concordância, discordância, manifestação de espanto, incerteza, desconfiança, dúvida, equívoco, insegurança etc. A autora afirma que, para reaver essas funções características da fala, no texto escrito, é preciso empregar outros recursos, como a perífrase: “João falou bravo”; “Ela interrompeu-o com um gesto brusco”; “Ele cumprimentou-o com um gesto de cabeça”; “Maria concordou com um movimento de ombros”; e assim por diante”. (p. 65)

De acordo com Pawley (1975), há sinais (atos de fala, incluindo os gestos) cuja função é de regular o fluxo da troca de turnos na conversação. Muitos desses sinais servem para assegurar ordem ao manejo do problema central da conversação: controle da palavra e dos processos de tomada e distribuição do turno. Dessa forma, existem os sinais de movimento, os quais não interferem no enunciado em andamento, mas possuem um papel relevante na interação. É raro que um enunciado perca por mais de duas ou três sentenças sem um sinal de continuidade, como, por exemplo: “hum”, “mm”. Este tipo de sinal assume o valor de consentimento do ouvinte para que o falante dominante prossiga com sua fala, ou seja, indica interesse no que está sendo dito e ânsia para que o falante continue com o mesmo assunto. Geralmente, ele ocorre durante uma pausa seguida de uma frase completa ou em algum ponto do enunciado em andamento, imediatamente após uma informação ser concebida.

Conclui-se, portanto, que ambas as modalidades, oral e escrita, apresentam certas particularidades que decorrem da situação de uso na qual estão inseridas, visto que são atividades interacionais complementares, e não antagônicas e contraditórias.

1.1. Procedimentos que marcam menor envolvimento do falante

A manifestação direta de opiniões do falante pode deixá-lo em situação delicada frente a seus interlocutores, visto que estes podem criticá-lo ou manifestar opiniões opostas. Para evitar a vulnerabilidade do locutor, é preciso promover o “apagamento da instância da enunciação no enunciado”. Isso é alcançado por meio de recursos como, por exemplo, impessoalidade (*parece que, parece e é possível que*) e indeterminação do sujeito do enunciado (*diz que, dizem que, diz-se* e variações dessas formas, como *dizem até e dizem que*). (ROSA, 1992, p. 41-42).

Como afirma Galembeck (1999), a utilização dos procedimentos de indeterminação do sujeito, por não sinalizar responsabilidade pelo que diz, apresenta-se como um recurso que marca um afastamento acentuado do falante acerca das ideias expressas. O emprego dos procedimentos de impessoalidade, por sua vez, mostra o afastamento em menor grau, pois neles a ideia de apreciação e julgamento fica implícita.

1.1.1. Marcadores de Rejeição

Os marcadores de rejeição dizem respeito à habilidade de o locutor prever, a partir daquilo que diz, possíveis reações negativas do ouvinte, a fim de controlá-las ou neutralizá-las. Para Galembeck (1999), eles exercem um papel importante no desenvolvimento da interação. Por meio deles, o falante pode se proteger de eventuais objeções ou críticas, vindas dos interlocutores.

Em concordância com o pesquisador (2009), os marcadores de rejeição apresentam marcas de pessoa, porém, são incluídos entre os de menor envolvimento, já que revelam a tentativa explícita de o falante afastar-se do que está sendo dito, e mostram que ele não assume, inteiramente, as ideias anunciadas.

Segundo Rosa (1992, p. 57), os marcadores de rejeição atuam como atenuadores, uma vez que auxiliam a preservar a imagem do falante, “restringindo a gama de respostas desfavoráveis à sua intervenção”, além de preservarem a imagem do interlocutor “afastando, de antemão, interpretações danosas à interação.”

Alguns marcadores de rejeição, de acordo com os estudos da autora, correspondem às seguintes frases estereotipadas: “se não me falha a memória, que eu me lembre, que eu me lembro de momento, que eu saiba e se não estou enganado”. Algumas delas funcionam como prefácios: “que eu me lembro de momento, que eu saiba e que eu me lembre.” Essas frases estereotipadas prefaciadoras “remetem à competência epistêmica do locutor enunciador (verbos *saber* e *lembrar-se*)”; rejeitam, de forma antecipada, um leque de “reações desfavoráveis do interlocutor, e fornecem ao locutor enunciador uma resposta eficaz contra possíveis objeções” (p. 57-77).

2. Análise e discussão dos dados

Cabe salientar que os fragmentos a seguir foram extraídos de cinco entrevistas, cronologicamente dispostas: a entrevista A foi concedida à repórter Melissa Monteiro, realizada no dia 15 de julho de 2005, em Paris, e exibida no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, no dia 17 de julho de 2005; a entrevista B foi concedida ao repórter Pedro Bial, no programa *Fantástico*, da Rede Globo de Televisão, em 01 de janeiro de 2006; as entrevistas C, D e E foram concedidas ao repórter Luciano Seixas, no programa “Café com o Presidente”, produzido pela Diretoria de Serviços da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), com a supervisão editorial da Secretaria de Comunicação Social (Secom), órgão vinculado à Presidência da República. Estas foram ao ar em cinco de maio de 2008, dezoito de maio de 2008 e trinta de junho de 2008, respectivamente.

Fragmento 1 (entrevista A)

Entrevistador: Infelizmente o Brasil atravessa uma nova crise política nós já atravessamos outras crises no passado... ligadas à corrupção eu queria saber o que você acha... quando é que o Brasil vai se livrar definitivamente dessa doença qual... sua cura definitiva?

Entrevistado: De um lado você tem uma série de denúncias que... naquilo que diz respeito... à possibilidade de investigação do governo... nós estamos fazendo MAis do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil...e tem um problema grave porque toda vez que você combate a corrupção...sabe? ela aparece mais na imprensa... e passa pra sociedade a impressão que tem mais corrupção exatamente porque você tá combatendo... tá? (...)

Observa-se, no segmento acima, o emprego de “nós”, que se enquadra muito bem no contexto político e é frequentemente utilizado por autoridades para legitimar o papel de representantes do povo. Trata-se de um “nós” utilizado no lugar de um “eu”, um plural majestático que, vindo de um chefe de Estado, afasta a ideia de uma subjetividade que poderia soar como arrogância se tivesse dito, por exemplo: “eu estou fazendo mais do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil”. No dizer de Fiorin (1996, p. 96), “o *eu* dilui-se no anonimato do *nós* ou é amplificado. Quando aparece em alocações solenes, que emanam de altíssimas autoridades civis (chefes de governo e de Estado)”, o plural é majestático. Esse procedimento serve para distanciar o falante em relação ao enunciado, apontando para uma coletividade, um trabalho de equipe que abranda uma possível interpretação ligada à soberba. O uso do pronome “nós” ajuda a criar um efeito de sentido ligado a um trabalho em equipe, coletivo, afastando, assim, a ideia de uma responsabilidade direta e única sobre certos contratempus. Com efeito, é uma maneira bastante conveniente para a preservação da própria imagem ou a de seu grupo, e trata-se, portanto, de um recurso de natureza sociodiscursiva.

Percebe-se, ainda, que o Presidente esforça-se para mostrar que o governo vem tomando atitudes enérgicas frente às denúncias de corrupção feitas até mais do que em outros governos anteriores. Ao dizer “nós estamos fazendo MAis do que já foi feito em qualquer outro momento da história do Brasil...”, ele se vale do pressuposto de que existiram problemas desse tipo antes, porém, nunca foram tratados com tanta seriedade como agora. Fica implícita a ideia da existência da corrupção em “outros momentos da história do Brasil” e de suas falhas de investigação.

É interessante salientar que o entrevistado não menciona abertamente os outros governos, mas se refere a eles por meio da expressão “momento da história do Brasil”, e isso nos remete ao pensamento de que esse trecho poderia ser entendido como “nós estamos fazendo mais do que já foi feito em qualquer outro governo na história do Brasil”. Essa afirmativa, no entanto, poderia soar muito incisiva, por isso uma expressão mais amena ajudaria o falante em seu propósito, ou seja, recorrendo a uma estratégia de atenuação, ele pode dizer o que pretende sem se indispor diretamente com os interlocutores.

Fragmento 2 (entrevista A)

(...) meus adversários ahn ahn ahn ahn devem ter ficado um pouco indignado que é todas essas denúncias de corrupção... não chegou ao governo... e pelo contrário nas últimas pesquisas mostrou que o governo teve um crescimento... sabe? o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem... o que o que o que é denúncia verdadeira... o que o governo está apurando... e o que é:: peça de discurso... de pessoas que querem fazer discurso ou seja... toda vez que alguém faz relações... sobre corrupção e não dá um nome concreto... fica difícil de apurar... (...)

É pertinente salientar que, no exemplo acima, o entrevistado faz menção ao que é denúncia verdadeira, o que o governo está apurando e o que é peça de discurso de pessoas que querem fazer discurso, e isso gera um efeito de indiretude. Essas “pessoas que querem fazer discurso” podem ser entendidas como aquelas que procuram tirar proveito da situação em benefício de seu grupo ou partido, quais sejam: seus opositores. Na visão de Dascal & Weizman (1987 apud Koch, 2002, p. 30), a indiretude é responsável pelo desalinhamento entre o que é expresso e o que é pretendido, isto é, “o descompasso entre a informação explícita e fatores como conhecimento de mundo, princípios comunicativos, condições de adequação e outros.” O texto fornece pistas para o reconhecimento da necessidade de preenchimento de lacunas e indícios cotextuais e contextuais para a apreensão do sentido visado pelo emissor. Pode-se depreender que o falante não se expõe aberta e claramente; há, no seu dizer, uma opacidade, ou seja, ele possui limitações, não diz tudo o que quer

explicitamente. Ele fala o que pretende, mas dentro de certas circunstâncias. Sendo um estadista, não pode correr o risco de ter sua imagem positiva arranhada, preferindo, então, não citar nomes para livrar-se da responsabilidade de acusar alguém de modo leviano.

Vale ressaltar que a repetição, em “o po/significa que... o povo brasileiro está sabendo distinguir bem... o que o que o que é denúncia verdadeira...”, contribui para evidenciar certa hesitação. O entrevistado ganha tempo para preparar o que irá dizer, pois sendo o assunto delicado, ele precisa ser um tanto comedido com as palavras. Tem-se, ainda, a afirmação de que o povo está sabendo distinguir bem o que é denúncia verdadeira do que é peça de discurso. Não há como ter certeza de que a população realmente está apresentando esse tipo de discernimento. O Presidente expressa isso como se fosse um fato, expondo uma informação pressuposta como uma partilhada com o interlocutor. No dizer de Koch (2002, p. 30):

Relações entre informação explícita e conhecimentos pressupostos como partilhados podem ser estabelecidas por meio de estratégias de ‘sinalização textual’, por intermédio das quais o locutor, por ocasião do processamento textual, procura levar o interlocutor a recorrer ao contexto sociocognitivo (situação comunicativa, *scripts* sociais, conhecimentos intertextuais e assim por diante.)

Fragmento 3 (entrevista A)

eu eu eu (+) eu acho que... o PT teve um... problema... sabe? que é da questão da direção porque... ah... houve um tempo em que os melhores quadros da política de esquerda do Brasil... eram dirigentes do PT... e depois que nós ganhamos prefeitura nós ganhamos governos estaduais elegemos muitos deputados eu ganhei a presidência... grande partes desses quadros do PT vieram para o governo... e a direção ficou muito fragilizada ficou muito... enfraquecida... ah... possivelmente por isso tenhamos cometido erros... que outrora... não cometeríamos... (...)

No fragmento acima, encontra-se o uso de um marcador de atenuação que promove o apagamento da instância da enunciação no enunciado: “possivelmente”. Esse tipo de recurso, nas palavras de Rosa (1992, p. 41), forja “o afastamento do locutor enunciativo da situação de comunicação”, ocorrendo, nesse caso, pelo emprego da impessoalidade. A questão dos erros é suavizada por meio desse marcador, implicando um dizer que corresponderia ao sentido “não fossem as conquistas dos membros do partido nos governos estaduais e federais, que fizeram a direção do PT ficar fragilizada, nós não cometeríamos esses erros”. Essa poderia ser uma causa para justificar a carga de culpa do Presidente pelos contratemplos enfrentados pelo governo e, por extensão, pelo partido que representa e do qual foi líder por muitos anos.

Fragmento 4 (entrevista B)

Entrevistador: Mas... o senhor concorda que que o governo assim como as... as mulheres dos césores... além de um governo além de ser honesto... tem que parecer honesto né?... e é::... o senhor há de convir que as aparências não estão ajudando... vamo pegar por exemplo o caso da justificativa oficial do PT ah:: que é:: a história dos empréstimos se o dono de uma empresa muito próspera com muitos funcionários com lucros... enfim for a um banco pedir um empréstimo sem apresentar garantias ele sai sem um tostão... como é que o PT... que não tem renda é um partido conseguiu esse dinheiro todo apenas com a assinatura de um simples tesoureiro do... nosso Delúbio como o senhor disse?

Entrevistado: Veja eu num num num sei como conseguiu... o dado concreto é que nós vamos descobrir como conseguiu... ou a Polícia Federal vai descobrir... ou... o Ministério Público vai descobrir... ou a CPI já descobriu uma parte... ou no processo... que vai ter no Poder Judiciário vai descobrir (...)

Como a pergunta envolve uma questão demasiadamente polêmica, o entrevistado coloca-se de modo defensivo para prevenir-se de uma reação adversa. Percebe-se essa atitude

pelo uso do marcador de rejeição “eu num num num sei como consegui”, combinado à repetição, evidenciando, também, a hesitação. Em consonância com Galembeck (1999, p. 178), “os marcadores de rejeição apresentam uma antecipação do locutor, com a finalidade de limitar ou neutralizar possíveis reações desfavoráveis ou interpretações contrárias ou prejudiciais por parte do interlocutor.”

De acordo com Barros (2005, p. 244), há procedimentos de atenuação realizados para a “construção explícita da imagem negativa do destinador e, por oposição, da imagem positiva do destinatário”. Conforme esse preceito, a referida pesquisadora afirma que “a imagem negativa do destinador é, em geral, construída com a modalidade do saber, ou seja, o destinador é apresentado como um sujeito que não sabe, em oposição ao destinatário que sabe, que é dotado do saber (...)”. No caso em questão, o entrevistado admite que não sabe de onde veio o dinheiro dos empréstimos feitos por Delúbio, já desviando o foco da pergunta e voltando as atenções para o que ele considera importante, isto é, para o que lhe convém ressaltar. Embora não tenha plena certeza de que o ouvinte conheça a verdade dos acontecimentos, ele faz uma suposição a respeito do que possa ser entendido, com base na indagação do entrevistador. Subentende-se, assim, que há uma concepção negativa ou, ao menos, uma dúvida, sobretudo da população, a respeito da idoneidade de seu partido. No sentido de se precaver dessa possibilidade desfavorável, o entrevistado parece desconsiderar o que o entrevistador diz, para não dar ênfase ao que lhe foi questionado e, dessa forma, minimizar a intensidade do fato.

Fragmento 5 (entrevista B)

Entrevistador: Eu deduzo da sua resposta/eu posso deduzir da sua resposta então que o senhor não leu os relatórios parciais da CPI?

Entrevistado: Nem poderia ler... nem poderia ler... o Presidente da República tem informações dos relatórios pelos meus assessores... mas eu tô esperando o relatório conclusivo da CPI... porque o que conta na verdade é quando você tiver um relatório consagração terminou a CPI o relatório tá pronto vai ser encaminhado ao Ministério Público... a Polícia Federal vai entrar em ação o Poder Judiciário vai entrar em ação... aí sim esse relatório... é que vale para uma avaliação definitiva... do Presidente da República... os relatórios parciais... ainda vai passar por outras comissões ainda vai ser... é julgado pela própria pela própria CPI aí quando estiver pronto tenho um documento Final... para poder fazer juízo de valores desse documento (...)

É interessante observar que o distanciamento promovido pelo segmento “o presidente da República tem informações dos relatórios pelos meus “assessores”, por meio do qual a primeira pessoa do singular é substituída pela terceira. Observa-se que houve o uso do “ele” (posição de presidente), em detrimento do “eu” (Lula, cidadão), porém, na mesma frase, há o pronome possessivo “meus”, que se refere à primeira pessoa. Percebe-se, então, que o entrevistado busca uma saída mais branda para tecer seus comentários, pois o emprego do “eu” colocaria sua imagem muito exposta, tornando sua face vulnerável. Esse expediente, que, aliás, foi usado duas vezes no discurso, evita uma suposta prepotência e arrogância que o uso do “eu”, diretamente, poderia causar.

Efeito semelhante de distanciamento ocorre no fragmento (6) abaixo, no qual há a neutralização na categoria de pessoa, ou seja, tem-se, formalmente, um “ele” (o Presidente da República), mas que assume o valor de “eu”, já que o entrevistado está falando de si próprio, resultando na neutralização da oposição *eu/ele* em proveito do último membro do par. Agregado a esse preceito, existe, ainda, o uso da forma passiva nos dois exemplos a seguir:

Fragmento 6 (entrevista B)

se eu tivesse condições de saber não teria acontecido... na medida em que eu soube naquilo que diz respeito ao presidente da República... as providências todas foram tomadas... foram afastados quem deveria ser afastado... foram punidos quem deveria ser punido.... agora a justiça faça a sua parte (...)

Fragmento 7 (entrevista B)

Entrevistador: Porém antes mesmo dessas investigações serem concluídas o senhor afirmou que levaria José Dirceu ao seu palanque

Entrevistado: Eu fui perguntado se o Zé Dirceu ia no palanque... veja... as pessoas... as pessoas todas... sabe? enquanto não forem julgadas... as pessoas todas são inocentes... sabe? vamos aguardar... o processo... da parte do Presidente da República nesse momento seja com os meus companheiros ou seja com os meus adversários o Presidente da República tem que ter sempre a postura... de um estadista que não faz julgamento... a priori... que não faz julgamento precipitado que não condena nem absolve ninguém antes do tempo... (...)

Em conformidade com Rosa (1992, p. 35), “a forma passiva é um procedimento de atenuação”, da mesma forma que os “chamados marcadores de distanciamento quando modificam diretamente o núcleo da unidade discursiva (UD) de que fazem parte.”

Ao referir-se a si mesmo na terceira pessoa (o Presidente da República), o falante cria um distanciamento do “eu” em relação ao discurso. Ocorre uma neutralização do “eu” em benefício do “ele”, produzindo um efeito de sentido ligado ao afastamento de sua imagem pessoal (o indivíduo Lula) para realçar o papel do estadista. Em outros termos, é mais conveniente preservar uma boa imagem do chefe de Estado que do sujeito individual, especialmente na situação em que se encontra, pois diante de tantas denúncias de corrupção, as pessoas esperam ter um Presidente honesto e virtuoso. A imagem construída por Lula é a do líder que não faz julgamento leviano, e isso se sobrepõe à sua própria individualidade. Se, ao contrário, ele tivesse utilizado o pronome “eu” em sua declaração, talvez o efeito fosse contrário: colocar em evidência uma atitude pessoal e não profissional, já que a sociedade anseia por um governante justo e confiável.

Fragmento 8 (entrevista B)

eu a única coisa que peço a Deus... é que quando terminar tudo isso... aqueles que me acusaram... peçam desculpas... só peço isso não quero/não quero nada mais do que isso... peçam desculpas... porque também a leviandade... tal como ela é feita muitas vezes... ela tem um preço (...)

É relevante salientar que, no exemplo acima, ocorre o uso da expressão “aqueles que me acusaram”, de forma atenuada, pois o termo “aqueles” se refere, indiretamente, aos membros da oposição. Para não parecer impositivo e taxativo ao anunciar que espera desculpas desses adversários políticos e até mesmo da imprensa que propagou as acusações, o entrevistado ameniza sua fala, não citando nomes.

Fragmento 9 (entrevista B)

Entrevistador: Em noventa e oito o senhor diz...

Entrevistado: Não em mil novecentos e noventa e seis quando foi aprovada a tese da reeleição

Entrevistador: Ah sim...

Entrevistado: Em noventa e seis... se não tivesse sido aprovado... o Brasil teria outro Presidente que certamente ia fazer muito mais do que fez o Presidente no segundo mandato dele... e o Brasil teria seguido o seu rito democrático normal... ah ah ah:: nós tivemos um momento em que a economia parecia que ia crescer e as pessoas têm medo de aumentar juros têm medo de fazer isso têm medo de fazer aquilo... não faz por conta das eleições ou faz em medida populista pra ganhar o voto o que eu digo... eu não vou fazer muito mais do que o mandato... eu tenho uma história eu tenho uma biografia... eu tenho uma lista de/de/de dias de vida de comportamento... (...)

Evidencia-se a ocorrência de determinados mecanismos que contribuem para o distanciamento do falante em relação ao enunciado. Primeiramente, há o uso do pronome “nós”, traduzido como “nós, do partido” em contraposição a “eles”, do governo anterior. Quando diz “as pessoas”, ele se refere aos políticos da oposição que estavam no poder; não cita nomes para não dar um tom acusativo a um indivíduo X. O entrevistado utiliza o hiperônimo “pessoas”, evitando um confronto direto com seus adversários, mas o faz de

maneira sutil e distanciada; ele demonstra uma ponderação e moderação nas críticas ao governo anterior. Aliado a esses procedimentos, há o emprego do marcador metadiscursivo “o que eu digo:...”, equivalendo ao dizer “eu tenho uma conduta diferente, uma reputação a zelar”; anuncia que, para ele, a conduta correta é a dele e isso é uma coisa particular que envolve sua história, sua biografia e seus dias de comportamento, diferentemente daqueles que não possuem a mesma imagem a preservar.

Fragmento 10 (entrevista B)

Entrevistador: Colher em ano eleitoral é ótimo não é?

Entrevistado: Não/veja... cê colhe no tempo que dá... eu não escolho o tempo em que posso colher quando você começa uma obra... em dois mil e três cê não termina em dois mil e três... sabe?... quando você começa uma hidrelétrica você demora cinco seis anos pra colher... quando você começa uma ferrovia você demora pra colher... quando você começa a plantar no tempo certo... você colhe no tempo certo... algumas coisas nós colhemos outras não (...)

O uso constante do pronome “você” e sua variação coloquial “cê” serve para que o Presidente se distancie de um plano individual, para se manter em um plano geral. Esse recurso é muito comum na língua falada, quando se pretende exemplificar algo utilizando o “você” ou “cê”, porém não se referindo à pessoa com quem se fala, mas fazendo alusão a qualquer um, qualquer indivíduo, em um âmbito geral. Conforme Preti (2002, p. 59), o emprego dessa forma de tratamento pode servir, às vezes, como “referência a uma terceira pessoa indefinida, a quem o falante atribui a ação”. O “você”, nesse sentido genérico, “serve, na interação, para imaginar, não o que o interlocutor, mas qualquer outra pessoa possa a vir a fazer”. Os argumentos expostos pelo entrevistado são reforçados por esse elemento e, assim, cria-se uma atmosfera de aproximação com o ouvinte. Assim, ele pode suavizar o impacto de uma demonstração explícita de sua intenção, que é a de afastar-se de responsabilidades e se eximir de uma suposta culpa atribuída ao Presidente da República, apoiando suas faltas em certas limitações do ser humano: existem coisas possíveis de se fazer em um determinado tempo, e existem coisas que não o são.

De modo semelhante ao pronome “nós”, já discutido anteriormente, evidenciamos o emprego de “a gente”, nos seguintes recortes:

Fragmento 11 (entrevista B)

(...) e na hora que a gente tiver a investigação feita corretamente e o veredito... aí você fala “bom esse cidadão cometeu... uma heresia... e por isso o cidadão tem que ser punido”... (...)

Fragmento 12 (entrevista B)

(...) ... e o que que eu quero? o que eu quero é que eles COLHAM um país sólido... por isso hoje a gente não precisa mais discutir estabilidade... porque ela está consagrada... (...)

Fragmento 13 (entrevista C)

(...) eu acredito que nós precisamos ficar felizes mas ao mesmo tempo com muita seriedade... e com muita sensatez para que a gente não permita que a euforia... faça com que a gente abandone a seriedade com que estamos trabalhando até agora (...)

Dentre as várias ocorrências do uso de “a gente” encontradas no *corpus*, selecionamos alguns casos que mais refletem o efeito de acentuação da informalidade e de atenuação da subjetividade. A instalação de “a gente” em detrimento da primeira pessoa do plural e a primeira do singular nos remete à ideia de um “nós” (membros do governo) e um “eu” (Presidente) diluídos para produzir um efeito de informalidade, pois representa um uso mais popular e gera maior identificação com os ouvintes. Ademais, isso contribui, especialmente,

para instaurar uma posição mais afastada do entrevistado em relação ao que diz em situações que exigem um comprometimento mais direto. Barros (2002, p. 30-31) assevera que:

O emprego da 3ª pessoa *a gente* no lugar da 1ª do singular ou do plural, como ocorre em geral com o uso da 3ª pessoa em lugar da 1ª, enfraquece ou atenua sobretudo os efeitos de aproximação da enunciação, de subjetividade, de reciprocidade, e de igualdade entre os interlocutores (...)

Fragmento 14 (entrevista D)

Entrevistador: Presidente o senhor anunciou na semana passada uma série de medidas para incentivar o desenvolvimento industrial... alguns especialistas afirmam que essas ações não serão suficientes pra estimular o setor... qual avaliação que o senhor faz?

Entrevistado: Olha concretamente nós anunciamos o que o Brasil precisaria ter anunciado há vinte e cinco anos atrás... durante muito tempo no Brasil... se discutiu se o Brasil precisaria ter ou não uma política industrial... e muita gente dizia que o Brasil não deveria ter que o governo não deveria incentivar... o que nós fizemos? nós ficamos vários meses discutindo com todos os segmentos empresariais... para construir uma proposta de política de desenvolvimento produtivo que pudesse incentivar... alguns setores da indústria brasileira por exemplo o setor interno de bens de capital... aquelas que produzem máquinas o que significa... você renovar... a capacidade produtiva de uma empresa e ao mesmo tempo você incentivar as exportações brasileiras as grandes... e também aumentar em dez por cento também a exportação... de microempresas no Brasil... (...)

O entrevistado usa a expressão “muita gente” ao invés de declarar explicitamente a quem se refere. Observa-se que há uma crítica velada a seus opositores, pois indiretamente, ele procura atingir aqueles que diziam que a política industrial não deveria ser incentivada. Para provar que o governo tomou a medida correta, o Presidente faz uma pergunta argumentativa a qual ele mesmo se encarrega de responder e, dessa forma, ratificar o êxito da atitude tomada.

É muito comum, na língua falada, o emprego do pronome “você” para designar o coletivo, sentido geral e não realmente o interlocutor com quem se fala diretamente. De acordo com Leite (2005, p. 112, 113), o locutor cita um “locutor indeterminado, representado pela forma de tratamento *você*”, a qual inclui, também, o ouvinte que se encontra face a face, já que designa a segunda pessoa do singular. Nesse caso, o “você” funciona como um pronome indefinido. Verifica-se, assim, que o Presidente se refere a um “falante coletivo”, de um modo vago e indeterminado, mas que serve para designar o próprio governo, sem parecer que está vangloriando seus méritos ou os de seu partido. Ele usa esse artifício para não transmitir uma imagem arrogante de si e de seus aliados.

Fragmento 15 (entrevista E)

Entrevistador: Alguns jornais chegaram inclusive a afirmar... que esse aumento era eleitoreiro já que estamos próximos à eleição municipal... como foi feito o cálculo pra chegar a esse valor Presidente?

Entrevistado: Veja foi feito pelo Ministério do Desenvolvimento Social... e aqueles que: falaram... que era eleitoreiro... são pessoas que me parece que perderam a sensibilidade ou seja como é que pode... alguém imaginar que você fazer um reajuste... e eu não queria fazer nada que pudesse indexar isso à inflação... nós estamos dando o reajuste porque temos condições de dar porque tem... ah:: no orçamento dinheiro para dar este reajuste... e:: nós vamos continuar reajustando o Bolsa Família... na medida que puder reajustar mais nós vamos reajustar mais fortemente porque... porque os que recebem o Bolsa Família... são a parte mais pobre da população e nós precisamos cuidar dessa gente com muito carinho (...)

Verifica-se que o entrevistado tenta contrapor o que foi dito pelos jornais, sem se referir a eles explicitamente. Ao usar “aqueles que”, fica subentendido que sua réplica é endereçada não apenas à imprensa, mas a todos os que o acusaram de ter motivos eleitoreiros (portanto, negativos) em relação ao reajuste do Bolsa Família. Ele cria condições mais

confortáveis para se defender e, ao mesmo tempo, revidar a acusação (“são pessoas... que perderam a sensibilidade”). A proteção da imagem é consolidada, então, por meio do elemento atenuador “me parece que”. Isso qualifica o que será dito a seguir como algo que “parece” ser aos olhos do locutor, na circunstância em questão, uma impressão particular da atual situação, que afasta a expectativa de ser um conceito totalmente válido em outros contextos. Embora exista a ideia de um julgamento ou apreciação valorativa, há o afastamento do falante acerca do conceito emitido. Como está prestes a fazer uma crítica à perda da sensibilidade e, portanto, à falta de humanidade de seus oponentes no que concerne aos problemas da população necessitada desse aumento, é mais conveniente que ele procure se precaver de uma discordância de opinião, demonstrando que se trata de uma avaliação sua, porém, revestida em um grau de incerteza.

O Presidente sugere uma imagem negativa de seus adversários, a fim de resguardar, por oposição, a sua própria. Isso é acentuado com o uso do marcador “ou seja”, que reforça sua concepção de que é um absurdo e até desumano alguém pensar que a assistência destinada aos que precisam pode ter algum outro interesse pessoal e escuso. Assim, ele afasta uma possível suspeita de que suas intenções não sejam nobres, repassando a seus desafetos a postura indecorosa que lhe foi atribuída. Vê-se, ainda, que a frase (“ou seja como é que pode... alguém imaginar que você fazer um reajuste...”) não é finalizada. Ele deixa que o ouvinte se encarregue de interpretar o pensamento, o qual, aliás, tem um alto grau de previsibilidade, isto é, há grandes chances de que a interpretação do discurso esteja ligada a um tom de desaprovação aos que imaginam que a atitude de ajudar as pessoas carentes tenha sido tomada em função de interesse próprio. A estratégia de associar sua imagem a valores positivos é fortalecida pelo emprego da frase parentética “e eu não queria fazer nada que pudesse indexar isso à inflação”, pois ela contribui para deixar claro que o reajuste do programa em questão foi uma medida prudente, e isso só foi aprovado porque, além de ser necessário, não afetou o índice de inflação. Depreende-se, então, que não se trata de motivos eleitoreiros, mas motivos consistentes que o autorizam a manter e a adotar novamente, assim que possível, a mesma atitude de proteger os interesses da população de baixa renda, com sensibilidade, determinação e responsabilidade, conforme podemos perceber, também, no final do segmento exposto.

Considerações finais

Mesmo quando há a preocupação com a imagem pública, espera-se que o Presidente, em sua condição de governante da Nação, mostre relativa convicção acerca do que diz. No entanto, houve certos momentos que propiciaram um posicionamento mais direto do entrevistado e que, portanto, poderiam torná-lo mais suscetível a opiniões contrárias. Nesses casos, verificou-se o emprego de procedimentos que assinalam um grau maior de distanciamento do falante em relação ao enunciado.

A preocupação em atenuar determinadas situações que possam prejudicar a autoimagem positiva também é visível nas entrevistas, uma vez que o Presidente parece não dispensar nenhuma forma de aproximação com o povo. Ele emprega suas estratégias, tanto para convencer milhões, milhares ou até mesmo um número pequeno de ouvintes, como é o caso das entrevistas de rádio, cuja repercussão não tem a mesma dimensão da televisiva, principalmente, por ser um programa (Café com o Presidente), que nem todos se interessam em ouvir, tampouco acessam a internet para isso. Ademais, na entrevista de rádio, não há a exposição visual, por meio da qual os interlocutores poderiam perceber os sinais não

linguísticos. Assim, o entrevistado pode se sentir mais confiante e, portanto, mais confortável em fazer suas exposições.

Outro aspecto a ser evidenciado é que o falante lança mão de um dizer coletivo, da generalização como suporte para manter-se à distância de pressupostos que possam não ser compartilhados por todos. Vimos que o uso do “nós” foi empregado no lugar de um “eu”. É um plural majestático que, vindo de um Presidente da República, afasta a ideia de prepotência e soberba. Isso colabora para distanciar o falante de seu enunciado, visto que a noção de coletividade e de trabalho em equipe ameniza uma suposta interpretação ligada à presunção.

Em alguns casos, o afastamento do entrevistado foi evidenciado pelo emprego da impessoalidade. Expressões que denotam o afastamento do falante a respeito das ideias emitidas o deslocam do âmbito pessoal para o campo do consenso, da pluralidade de vozes distintas, ou seja, o discurso é tecido por várias vozes que entrecruzam seu discurso, o que denuncia sua natureza heterogênea. Com base na heterogeneidade constitutiva, observou-se que foram utilizados recursos que atenuam posturas políticas e enfraquecem posições contrárias, transmitidos pelo distanciamento do falante em relação ao enunciado. É com base nas pistas e nos indícios cotextuais e contextuais que podemos apreender o efeito de sentido produzido no ouvinte.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the devices that mark the distance of the speaker in relation to his utterance as a way of protecting his own positive image. The theoretical framework consists of a textual and interactive perspective of the spoken language, mainly based on the principles of Conversation Analysis. The methodology has a qualitative and interpretative nature, carried out by means of the transcription of five broadcasted interviews given by President Luís Inácio Lula da Silva between 2005 and 2008. According to the results, we highlight that the procedures under discussion contribute to mitigate adverse situations as well as to repel possible objections in order to obtain the listener's agreement.

Keywords: Conversation Analysis; spoken language; distance of the speaker.

Referências

BARROS, Diana Luz Pessoa de. Entre a fala e a escrita: algumas reflexões sobre as posições intermediárias. In: PRETI, Dino. (Org.). *Fala e escrita em questão*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 4, 2000. p. 57-78.

_____. Interação em anúncios publicitários. In: PRETI, Dino. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 5, 2002. p. 17-44.

_____. A sedução nos diálogos. In: PRETI, Dino. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 7, 2005. p. 225-254.

BIBER, Douglas; CONRAD, Susan. Register variation: a corpus approach. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. (Eds.). *The handbook of discourse analysis*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 175-196.

BROWN, Gillian; YULE, George. *Discourse Analysis*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

CHAFE, Wallace L. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: TANNEN, Deborah. (Ed.). *Spoken and written language: exploring orality and literacy*. Norwood: N. J. Ablex, 1982. p. 35-53.

_____. The Analysis of discourse flow. In: SCHIFFRIN, Deborah; TANNEN, Deborah; HAMILTON, Heidi. (Eds.). *The handbook of discourse analysis*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 673-687.

COSTA VAL, Maria da Graça. *Redação e textualidade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DASCAL, Marcelo; WEIZMAN, Elda. Contextual exploitation of interpretation clues in text understanding: an integrated model. In: VERSCHUEREN, Jef. & BERTUCELLI-PAPI, Marcella. (Eds.). *The pragmatic perspective – selected papers from the 1985 International Pragmatic Conference*. Amsterdã: J. Benjamins, 1987. p. 31-46 apud KOCH, Ingedore G. Villaça. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2002.

FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 1996.

GALEMBECK, Paulo de Tarso. Preservação da face e manifestação de opiniões: um caso de jogo duplo. In: PRETI, Dino. (Org.). *O discurso oral culto*. 2ª ed. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 2, 1999. p. 173-194.

_____. Marcadores de atenuação e gênero. In: Seminário do Gel, 57, 2009, *Programação do 57º seminário do Gel* - Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo. Ribeirão Preto: GEL, 2009. Disponível em: <http://www.gel.org.br/resumos_det.php?resumo=5551>. Acesso em: 25 jun. 2009.

LEITE, Marli Quadros. O diálogo no diálogo: a dupla expressão do discurso do Outro. In: PRETI, Dino. (Org.). *Diálogos na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 7, 2005. p. 85-118.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Análise da conversação*. 5ª ed. São Paulo, Ática, 2006.

PAWLEY, Andrew. Traffic signals in conversation. In: PAWLEY, Andrew. *A study of signposting in narrative discourse*. Honolulu: Hawaii University, 1975. (cópia xerográfica).

PRETI, Dino. Alguns problemas interacionais da conversação. In: PRETI, Dino. (Org.). *Interação na fala e na escrita*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 5, 2002. p.45-66.

ROSA, Margaret de Miranda. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

URBANO, Hudinilson. Variedades de planejamento no texto falado e no texto escrito. In: PRETI, Dino. (Org.). *Estudos de língua falada: variações e confrontos*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP (Projetos Paralelos-NURC/SP), vol. 3, 1998. p. 131-152.

_____. *Oralidade na literatura (O caso Rubem Fonseca)*. São Paulo: Cortez, 2000.

RECEBIDO EM 30/10/2010 – APROVADO EM 13/05/2011